



Governo tem primeira vitória para prorrogação da DRU



Sarney é cumprimentado por senadores da base governista após defender, em Plenário, a prorrogação da DRU: "Não podemos deixar de ter esse instrumento"

Senado aprovou, em primeiro turno, proposta que dá mais flexibilidade ao Orçamento federal

Com 59 votos a favor e 12 contrários, foi aprovada ontem, em primeiro turno no Senado, proposta que prorroga até 2015 a vigência da Desvinculação de Receitas da União. O mecanismo garante ao governo mais liberdade para gastar parte do seu Orçamento e passará por segunda votação até o dia 20. **5**

Ministro das Cidades nega fraude em projeto para Copa de 2014 **3**



Mário Negromonte (C), entre o senador Dornelles e o ministro da Pesca, Luiz Sérgio, ontem

Luiz Sérgio sugere que Fundo Amazônia estimule também a pesca na região Norte **3**

Miriam Belchior garante que PAC não vai mudar para a Casa Civil **4**



Ministra (E) fala dos investimentos em infraestrutura, ao lado de Lúcia Vânia e Blairo Maggi

Ministros se reúnem com Sarney para agendar mudanças na previdência dos servidores **2**

Senado aprova prioridade a jovem que deixa abrigo

Programa de inclusão no mercado de trabalho deve ser aprimorado por projeto que segue agora para a Câmara dos Deputados. **4**

Movimentos sociais criticam soluções de mercado para a crise ambiental **8**



Marta Suplicy (2ª à dir.) e Magno Malta (E) foram protagonistas em sessão marcada pela polarização de posições

Homofobia: votação é adiada para ajustes

Relatora do projeto de lei da Câmara que criminaliza práticas homofóbicas, Marta Suplicy está convencida da necessidade de lei específica para coibir o preconceito de

sexo, orientação sexual ou identidade de gênero. Alguns pontos do texto que vai apresentar já são fruto de entendimento com representantes evangélicos e católicos. **6**

Mulher vítima de violência poderá fazer plástica no SUS

Vai à sanção presidencial projeto que obriga o SUS a fazer cirurgia reparadora em mulheres vítimas de violência. **7**

Cinco projetos aprovados beneficiam pessoas com deficiência **7**



Jone Araújo/Senado Federal

O ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho (C), reclama da demora da análise na Câmara dos Deputados

Senado vota mudanças na previdência dos servidores

Aos ministros Garibaldi Alves Filho e Ideli Salvatti, que pediram a antecipação do exame da matéria pelos senadores, o presidente José Sarney disse que a natureza da proposta exige consenso

A FIM DE antecipar a discussão no Senado da proposta que cria fundo de previdência complementar para os servidores da União, os ministros da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, e das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, se reuniram com o presidente José Sarney e líderes partidários. Também fez parte da comitiva o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa.

— Por mim, votava este ano. É importante porque está aqui desde 2007, então queremos apressar, mas é muito difícil porque ainda não houve a votação na Câmara. Estamos

correndo contra o tempo.

A proposta (PL 1.992/07) tramita em regime de urgência na Câmara desde outubro e poderá ser votada terça-feira.

O ministro reclamou da demora, mas José Sarney disse que o Senado só tratará do projeto no ano que vem.

— Tivemos a oportunidade de dizer a todos eles que um projeto dessa natureza só pode ser aprovado com consenso de todos os partidos.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), concorda com Sarney.

— Não há muita perspectiva de votar a proposta este ano no Senado.

Ideli Salvatti, por sua vez, avalia que a votação é possível.

— Já existe um ambiente para evoluir a negociação do projeto. Ele já vem sendo aperfeiçoado pela Câmara. Seria muito bom se os líderes do Senado acompanhassem o debate.

O PL 1.992/07 estipula para as aposentadorias dos servidores públicos federais dos três Poderes o teto do regime geral: R\$ 3.691,74. Para receberem além desse teto, deverão contribuir com um fundo de pensão complementar — cada Poder terá o seu. As mudanças só alcançarão aqueles que ingressarem no serviço público após a aprovação da matéria.

Senadores lamentam morte de Nelson Trad

Vários senadores lamentaram a morte do ex-deputado Nelson Trad, ocorrida na noite de quarta-feira. Vital do Rêgo (PMDB-PB) disse que Trad foi um dos maiores juristas do país. Waldemir Moka (PMDB-MS) mencionou as relações de amizade e o privilégio de ter convivido com o político.

Delcídio do Amaral (PT-MS) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) expressaram consternação. Aloysio lembrou que Trad foi advogado de presos políticos durante o período militar.

O presidente José Sarney ressaltou a perda “muito grande para os familiares, o Estado e a política brasileira”.

Nelson Trad foi duas vezes deputado estadual e sete vezes deputado federal. Advogado e professor, tinha 81 anos. Teve três filhos: o prefeito de Campo Grande, Nelson Trad Filho; o deputado federal Fabio Trad; e o deputado estadual Marquinhos Trad.



Presidente do Senado participa da missa de ação de graças no Salão Negro

Sarney pede ajuda a Deus para o Congresso Nacional trabalhar pelo país

Ao participar de missa em ação de graças pelo encerramento do ano legislativo, o presidente do Senado, José Sarney, pediu a Deus que ajude o Congresso a preservar os valores morais e a trabalhar pelo país. A vice-presidente da Câmara dos Deputados, Rose de Freitas (PMDB-ES), fez apelo aos parlamentares para que mantenham, no decorrer de 2012, um pouco do espírito de fraternidade das festividades de fim de ano.

Em sua homilia, o arcebispo de Brasília, dom Sérgio da Rocha, conclamou o Congresso a “escutar a voz de Deus nos clamores de seu povo”, cultivando a capacidade de escutar e dialogar, “essencial na vida democrática”.

A missa em ação de graças contou com a presença de vários parlamentares, além de diretores e funcionários das duas Casas. Os cânticos e hinos religiosos foram executados pelo Coral do Senado.

Ivonete Dantas toma posse como senadora

Ivonete Dantas (PMDB-RN) foi empossada como senadora na tarde de ontem. Segunda suplente do mandato, ela substitui o primeiro suplente, Garibaldi Alves, do mesmo partido, que tirou licença de 121 dias para tratamento de saúde. A titular, Rosalba Ciarlini, renunciou em 2011 para assumir o cargo de governadora do Rio Grande do Norte.

No discurso de posse, Ivonete prometeu estar atenta para dar uma contribuição significativa à Casa.

— Reafirmo o desejo de contribuir de forma positiva com o governo da presidente Dilma Rousseff para que o Brasil avance cada vez mais nos mecanismos de diminuição das desigualdades regionais e sociais e pela inclusão educacional — declarou a nova senadora, dizendo-se orgulhosa de ser a primeira mulher da região do Seridó, no Rio Grande do Norte, a tomar posse no Senado.



Ivonete: orgulhosa de representar a região do Seridó no Senado



Luiz Alves/Senado Federal

Senadora acredita que divisão vai acirrar violência no estado

Marinor convoca voto contra a divisão do Pará

Marinor Brito (PSOL-PA), convocou os eleitores do Pará a votarem contra a divisão do estado no plebiscito deste fim de semana. A divisão do território criaria dois estados: Tapajós e Carajás.

Enquanto permanecer “o modelo perverso e destrutivo” em vigor no Pará, Marinor acredita que não adiantam iniciativas semelhantes. O Pará é o quarto estado mais violento do país, sendo o campeão nacional em violência no campo, em desmatamento e em trabalho escravo, além de ter mais de 1 milhão de pessoas vivendo com R\$ 70 por mês, disse a senadora. Em contrapartida, é um dos estados onde o PIB mais cresce, por causa da mineração, do agronegócio e do próprio desmatamento.

— Criar dois novos estados sem mudar o modelo só irá agravar o quadro de violência do Pará — afirmou, argumentando que dividir o Pará é ineficiente e oneroso.

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h30 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão destinada a discursos

9h A sessão será não deliberativa. Entre os oradores inscritos, estão Ana Rita (PT-ES), Cícero Lucena (PSDB-PR) e Fernando Collor (PTB-AL).

Presidência Evento no Palácio do Planalto

11h O senador José Sarney comparece à cerimônia de entrega do Prêmio Direitos Humanos 2011, no Palácio do Planalto.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Ministro quer para a pesca parte do Fundo Amazônia

O ministro da Pesca, Luiz Sérgio, defendeu ontem o uso de parte dos recursos do Fundo Amazônia para o desenvolvimento da atividade pesqueira e aquícola sustentável na região Norte. O fundo foi criado em 2008 para promover prevenção e combate ao desmatamento.

— Uma das formas de preservar a Amazônia é dar uma atividade econômica para a população daquela região, e uma atividade que podemos assegurar que compatibiliza a preservação com atividade econômica é a aquicultura. — disse o ministro, que participou de audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Apesar de possuir 13% da água doce de superfície do planeta, o Brasil é hoje importador de produtos aquícolas. Segundo Luiz Sérgio, em 2010, a importação de pescado alcançou US\$ 1 bilhão, enquanto as exportações não chegaram a US\$ 300 milhões. Para o ministro, o Brasil pode atingir os níveis de exportação da China, maior produtor de pescado do mundo.

Na avaliação de Luiz Sérgio, um dos caminhos para superar esse déficit é investir na produção em cativeiro.

— O cultivo de peixe já representa 33% de todo o pescado produzido no Brasil e encontra-se em movimento crescente — disse.



Luiz Sérgio (E) informa a Gurgacz ações para fomento de pesca e aquicultura

Consumo de peixe no Brasil é baixo, alertam senadores

O presidente da CRA, Acir Gurgacz (PDT-RO), ressaltou na audiência com Luiz Sérgio o potencial de crescimento do setor e disse que o baixo consumo interno de pescado ainda é uma barreira.

— Temos muito a crescer. Consumimos menos do que recomenda a FAO, agência da ONU para alimentação e agricultura — disse o senador.

Jayme Campos (DEM-MT) e Delcídio do Amaral (PT-MS) cobraram ações de fomento à atividade aquícola. Eduardo Suplicy manifestou preocupação com a possibilidade de

a pasta da Pesca perder status de ministério na reforma prevista para 2012.

O ministro lembrou que o ministério tem apenas dois anos e ressaltou que há, pela falta de investimento no passado, “uma grande demanda reprimida para o setor”.

Luiz Sérgio também citou uma série de projetos e ações que preveem a conclusão de 20 terminais pesqueiros públicos — alguns já em pré-operação — além de parcerias com a Embrapa e com o BNDES para o fomento da pesca e da aquicultura.

TV Senado lembra trajetória política de Marco Maciel

O programa *Histórias Contadas*, da TV Senado, resgata a trajetória política de Marco Maciel, ex-deputado e ex-senador, vice-presidente nos governos FHC e membro da Academia Brasileira de Letras.

O político pernambucano é presença marcante nos bastidores do poder em diversos momentos da recente história brasileira, desde a

eleição para deputado estadual, nos anos 1960.

No programa, Maciel fala aos jornalistas Carlos Augusto Setti, Armando Rollemberg, Helival Rios e Chico Sant’Anna.

Apresentado por Armando Rollemberg, com direção de Paulo Figueiredo, *Histórias Contadas* vai ao ar amanhã, às 22h30, com reprises no domingo, às 9h e às 17h.



Ao lado dos senadores Jucá (E) e Rollemberg, ministro diz que abriu sindicância para apurar irregularidade em parecer

Negromonte se defende contra denúncia de fraude

Em audiência no Senado, o ministro das Cidades, Mário Negromonte, negou qualquer participação em mudança de projeto para Cuiabá que elevou estimativa de custos em cerca de R\$ 700 milhões

O MINISTRO DAS Cidades, Mário Negromonte, disse ontem no Senado não ter participação na mudança de projeto do governo de Mato Grosso para trocar a implantação de uma linha rápida de ônibus pela construção de um Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT) em Cuiabá. O projeto integra as obras para a Copa de 2014 e a mudança, que implicaria custos extras em torno de R\$ 700 milhões, teria sido determinada a partir de alteração em parecer técnico, conforme o jornal *O Estado de S. Paulo*.

Em audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou documentos indicando que a diretora de Mobilidade Urbana do ministério, Luiza Gomide, teria modificado parecer técnico contrário à mudança.

Segundo ele, nota técnica assinada em agosto pelo analista de Infraestrutura Igor Guerra não recomendava a alteração. Ainda de acordo com Alvaro, a nota teria sido substituída em outubro por outra favorável à mudança, assinada pela diretora.

— Se fosse algo insuspeito, teria sido incluída nova nota técnica, para contestar a

anterior, alegando erro de natureza técnica. O que levantou a suspeita e a denúncia como fraude foi o procedimento de troca da nota técnica — disse o senador.

Mário Negromonte explicou que a mudança foi solicitada pelo governador de Mato Grosso, Silval Barbosa, sob alegação de que o projeto original exigiria muitas desapropriações e estaria desatualizado.

O governo federal, disse, aceitou a possibilidade de alteração, mas manteve o aporte inicial de R\$ 423 milhões, previstos no PAC da Copa, ficando os custos extras para o estado.

O ministro reconheceu que houve mudança do parecer, mas disse não ter sido informado na ocasião, já que Luiza e seu chefe de gabinete, Cássio Peixoto, integram o grupo executivo de obras da Copa, tendo autonomia para atuar junto ao colegiado.

— Não determinei à diretora ou a meu chefe de gabinete que fizessem qualquer gestão a respeito disso [mudança de parecer]. Houve divergência, o técnico deu um parecer e a doutora Luiza Gomide, como diretora, refutou o parecer e deu outro — argumentou.

Mário Negromonte afirmou ter instalado sindicância e enviado a documentação ao Ministério Público.

Pinheiro diz que governo é vítima de “denuncismo”

Depois das explicações do ministro, Walter Pinheiro (PT-BA) classificou como “denuncismo” a veiculação de matérias sobre irregularidades em projetos que ainda estariam em fase de discussão.

— É prejulgamento de algo que vai acontecer. São processos que ainda estão em manifestação pública de interesse. Não há nenhum tipo de sinalização de projeto básico, muito menos de edital de licitação — disse, ao se referir a projetos de transporte em Cuiabá e Salvador.

Opinião semelhante tem Benedito de Lira (PP-AL). Para ele, a grande imprensa tem se dedicado a “procurar picuinhas” no governo e se descuida de noticiar projetos importantes em discussão no Congresso.

Também os senadores Vicentinho Alves (PR-TO), Francisco Dornelles (PP-RJ) e Ivo Cassol (PP-RO) falaram em defesa do ministro Mário Negromonte. Eles manifestaram confiança em sua atuação à frente do Ministério das Cidades.

Paim teme uso do FGTS em obras da Copa Mundo e das Olimpíadas

Paulo Paim (PT-RS) manifestou ontem preocupação quanto à proposta de uso de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em projetos relacionados à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016.

O senador teme que a proposição, incluída no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 29/11 e integrante do Plano Brasil Maior, resulte em “privatização” do patrimônio do trabalhador ao finan-

ciar eventos particulares em algumas cidades.

— Quando o Fundo de Garantia foi criado, tinha um objetivo muito definido: construção da casa própria e indenização do trabalhador. Não posso concordar que esses recursos, pertencentes aos trabalhadores para sua proteção, sejam utilizados para outros fins — protestou.

Paim mencionou a preocupação de entidades sindicais e lembrou que a norma que



Senador espera que a presidente Dilma Rousseff vete a medida

rege o Fundo de Investimento do FGTS mantém o caráter eminentemente social da aplicação dos recursos.

Em audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura, Miriam Belchior diz que ritmo de investimento do PAC é bom, ao contrário do que noticiou jornal como motivo para a transferência

Ministra nega mudança do PAC para a Casa Civil

A MINISTRA DO Planejamento, Miriam Belchior, negou ontem que o governo queira transferir da sua pasta para a Casa Civil a gerência das obras de infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou que a presidente Dilma Rousseff estaria insatisfeita com o ritmo do programa, considerado fundamental para manter aquecida a economia, que parou de crescer no terceiro trimestre.

Em audiência pública na Comissão de Infraestrutura (CI), presidida por Lúcia Vânia (PSDB-GO) a reportagem foi citada por Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que foi o proponente do debate junto com Walter Pinheiro (PT-BA). De acordo com o jornal, a intenção de Dilma seria reforçar o perfil técnico da Casa Civil e desfocar o Planejamento.

A audiência foi programada



Miriam (E) explica investimentos do PAC ao lado de Lúcia Vânia e Blairo Maggi

exatamente para que Miriam falasse sobre a evolução do PAC 2, iniciado este ano. O programa investe em obras de grande porte, que potencializam o crescimento econômico e social. Ela disse que o PAC evoluiu bem, acumulando até setembro quase R\$ 144 bilhões em desembolsos, o que representa 15% da previsão para o período 2011-2014.

Quanto ao ritmo de execução das obras, a ministra revelou

que aumentou em 66% entre junho e setembro, com volume de pagamento 22% maior em comparação com igual período do ano passado.

— O Brasil está em posição privilegiada para enfrentar a crise internacional, como aconteceu em 2008 e 2009. Agora, de novo, estamos preparados para realizar investimentos que são geradores de emprego e sustentar o crescimento da nossa economia — afirmou.

Senadores cobram hidrovias em seus estados

Senadores aproveitaram a presença da ministra para cobrar atenção para investimentos do PAC já programados para seus estados ou mesmo pedir a inclusão de novos projetos. Integrantes das bancadas do Centro-Oeste e do Norte foram enfáticos ao abordar a necessidade de eclusas e outros tipos de obras para que voltem a ser

navegáveis rios que receberam barragens para a produção de energia hidroelétrica.

— Não nos tirem o direito de ir e vir em nossos rios — apelou Vicentinho Alves (PR-TO).

Uma dessas obras se refere à remoção de rochas do Pedral do Lourenço, no leito do rio Tocantins. A ministra confirmou que o governo discute com a Vale para que esse

investimento seja realizado pela companhia. A obra favorecerá as exportações da empresa pela hidrovia. A União ainda detém 9,5% do capital da Vale. Atribuiu-se a pressões do governo a saída do presidente anterior da Vale, Roger Agnelli, supostamente após resistência a indicações de investimentos considerados estratégicos no governo Lula.

Comissão retoma dia 12 análise de relatórios setoriais

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) dará continuidade à votação dos relatórios setoriais do Orçamento de 2012 nesta segunda-feira, às 19h.

Ontem, três relatórios foram debatidos: Saúde, do deputado Rui Costa (PT-BA); Planejamento e Desenvolvimento Urbano, do deputado Giroto (PMDB-MS); e Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte, do senador Cyro Miranda (PSDB-GO). Ainda faltam ser entregues os relatórios das áreas de Integração Nacional e Meio Ambiente, do deputado José Priante (PMDB-PA); Fazenda, Desenvolvimento e Turismo, do deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE); e Trabalho, Previdência e Assistência Social, do deputado Efraim Filho (DEM-PB).

Braga quer estender redução do IPI a têxteis e calçados

As medidas de incentivo ao consumo deveriam ser estendidas a produtos têxteis e de calçados, disse ontem Eduardo Braga (PMDB-AM). Recentemente, o governo anunciou a redução do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) para a chamada linha branca (fogões, geladeiras e outros eletrodomésticos).

O senador acredita que é preciso, também, liberar recursos de depósitos compulsórios dos bancos para injetá-los na economia. O aumento do volume de dinheiro à disposição dos consumidores, assinalou, poderia estimular a redução dos juros.

Braga também comentou a aprovação da Emenda 29, dizendo que o fato de ter sido rejeitado percentual fixo de recursos da União para investimento em saúde não tirou a importância da aprovação da matéria. Pelo texto aprovado,



Senador defende medidas do governo para estimular economia

a União investirá na saúde o mesmo montante do ano anterior mais a variação nominal do produto interno bruto (PIB) nos dois últimos anos.

— Se não foi possível, neste momento, fazer a vinculação dos 10% da receita [da União], foi possível estabelecer regras claras, que não permitam o contingenciamento dos recursos da saúde pública — afirmou Braga. O projeto seguirá para sanção presidencial.

Senado aprova prioridade para jovem que deixa abrigo

Jovens que deixam abrigos públicos e privados poderão ter prioridade no Programa Nacional de Inclusão de Jovens, o Projovem Trabalhador. O benefício foi aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) e segue para a Câmara. O Projovem atende quem tem entre 18 e 29 anos, está desempregado e cujas famílias têm renda mensal *per capita* de até um salário mínimo.

O relator do projeto (PLS 152/10), Cyro Miranda (PSDB-GO), explicou que os jovens abrigados, ao completar 18 anos, têm que sair da instituição e enfrentam dificuldades para entrar no mercado de trabalho.

A CDH também aprovou projeto de Jayme Campos (DEM-MT) que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para



Cyro Miranda fala das dificuldades para o primeiro emprego

permitir internação de adolescente envolvido com tráfico de drogas ou que pratique crimes hediondos. O ECA prevê internação só em caso de reincidência por três vezes, e Jayme alega que isso favorece o aliciamento dos jovens por traficantes.

José Agripino (DEM-RN) foi o relator da proposta, que segue para votação final na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ).

Estudantes pedem a Sarney apoio para o Estatuto da Juventude

Representantes de entidades estudantis pediram ontem ao presidente do Senado, José Sarney, apoio para acelerar a tramitação do Estatuto da Juventude (PLC 98/11), atualmente em análise pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A proposta de federalização da meia-entrada em eventos culturais e de lazer foi destacada. Os presidentes da União Nacional dos Estudantes (UNE), Daniel Iliescu, e da União Brasileira

dos Estudantes Secundaristas (Ubess), Manuela Braga, afirmaram que as associações estudantis perderam sua principal fonte de renda com a multiplicação das entidades emissoras das carteiras de estudante.

Sarney admitiu que seria impossível colocar o projeto em votação no Plenário ainda este ano, mas se comprometeu a agilizar a tramitação da proposta tão logo os trabalhos legislativos tenham início em 2012.



Sarney (8º à esq.) recebe representantes da UNE e da Ubess

Rollemberg anuncia seu apoio ao movimento Ocupe Brasília

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) declarou ontem apoiar o movimento Ocupe Brasília, que reúne estudantes de todo o país em um acampamento no gramado em frente ao Congresso durante toda esta semana.

Entre as reivindicações, estão a aprovação do Plano Nacional de Juventude (PNE) e do projeto que destina 50% dos recursos do Fundo Social do pré-sal para a educação (PLS 138/11), de autoria do senador Inácio

Arruda (PCdoB-CE). Os jovens também pedem meia-entrada nos eventos da Copa de 2014 e investimentos de 10% do PIB em educação pública.

Rollemberg parabenizou o movimento e prometeu que, de sua parte, fará o possível para contribuir com suas bandeiras. Um passo já havia sido dado na quarta-feira, segundo ele, quando o PLS 138/11 foi aprovado pela Comissão de Educação e Cultura do Senado.

Prorrogação da Desvinculação de Receitas da União dá ao governo mais liberdade para gastar parte do seu Orçamento e deve ser votada em segundo turno até o dia 20

Plenário do Senado durante a votação da PEC que prorroga a vigência da DRU até 2015: para os governistas, medida é necessária para dar flexibilidade ao Orçamento federal



Moreno Moritz/Senado Federal

DRU passa em primeira votação no Senado

COM 59 VOTOS a favor e 12 contra, o governo garantiu ontem a aprovação, no Senado, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 114/11, que prorroga a Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 31 de dezembro de 2015. Serão necessárias outras três sessões de discussão, antes da votação final da matéria, que deverá ocorrer até o próximo dia 20.

A validade da DRU termina em 31 de dezembro. A PEC estende a vigência por mais quatro anos, mas a oposição defende a prorrogação por

apenas dois, para que o Congresso possa fiscalizar com mais eficiência os gastos do Executivo.

A DRU dá ao governo federal mais liberdade para gastar 20% do dinheiro arrecadado com impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, excetuando as contribuições previdenciárias, o que deve corresponder a R\$ 62,4 bilhões em 2012.

O maior montante vem da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), paga pelas empresas. Sem a DRU, os R\$ 174 bilhões

que o governo espera arrecadar com a Cofins em 2012 iriam obrigatoriamente para programas de seguridade social (saúde, previdência e assistência social). Com a DRU, esses setores ficarão com R\$ 139,2 bilhões (80%), enquanto R\$ 34,8 bilhões (20%) serão aplicados conforme a conveniência do governo — no pagamento dos juros da dívida pública, por exemplo.

O governo argumenta que a DRU é imprescindível para dar flexibilidade ao engessado Orçamento federal, conforme frisou o líder do bloco de

apoio ao governo no Senado, Humberto Costa (PT-PE).

Para ele, também líder do PT, a Constituição estabeleceu quantidade excessiva de vinculações dos recursos. Em sua opinião, embora as vinculações garantam gastos mínimos em algumas áreas, especialmente sociais, elas prejudicam a agilidade na execução orçamentária.

— O que a DRU permite é que recursos que não seriam efetivamente gastos possam ser remanejados de uma área para a outra, muitas vezes para áreas prioritárias para o povo.

Sarney faz defesa de interesse nacional

A prorrogação da DRU levou José Sarney (PMDB-AP) a deixar a presidência e ocupar a tribuna para defender o mecanismo. Ele pediu que os senadores compreendessem a diferença entre luta política e interesse nacional e argumentou que a desvinculação funcionará como “vacina contra a crise”, já que a solidez da economia não torna o país imune.

— Não podemos deixar de ter esse instrumento. Seria uma indicação de que o Brasil está começando a afrouxar nos controles fiscais rígidos — afirmou.

Renan ressalta importância para a estabilidade econômica

O relator da DRU na CCJ, Renan Calheiros (PMDB-AL), lembrou que se trata da terceira prorrogação do instrumento, em vigor desde 1994, e que não há prejuízo aos gastos sociais, preserva a estabilidade econômica e permite ajuste fiscal.

Renan foi relator da prorrogação em 1996. Ele explicou que a maior parte dos recursos desvinculados de contribuições sociais acaba redirecionada.

— Com o crescimento das

despesas da seguridade, o Tesouro realiza aportes significativos, de forma que não se pode afirmar que a DRU implique perdas — explicou.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) salientou que, em 2010, dos R\$ 46 bilhões desvinculados, R\$ 37 bilhões retornaram aos cofres do Tesouro para despesas previdenciárias.

Também defenderam o mecanismo Lindbergh Farias (PT-RJ), Vital do Rêgo (PMDB-PB) e Delcídio do Amaral (PT-MS).

Para oposição, DRU prejudica programas sociais

Senadores de oposição afirmam que a DRU retira recursos de programas sociais. A líder do PSOL, Marinor Brito (PA), argumentou que quase metade do Orçamento será usada para pagar a dívida pública, enquanto saúde, assistência social e educação têm baixos investimentos.

— O país pratica a DRU há mais de 15 anos e continua praticando os maiores juros do mundo — disse.

O líder do DEM, Demóstenes Torres (GO), lembrou que a DRU foi criada no primeiro

governo de Fernando Henrique Cardoso, quando o país começava a se livrar da inflação alta. Chamava-se Fundo Social de Emergência e foi um dos pilares do Plano Real. Deveria valer para 1994 e 1995, mas vem sendo prorrogada desde então. Segundo ele, o governo quer retirar R\$ 60 bilhões de saúde, previdência e infraestrutura para garantir superávit fiscal, amortizar a dívida, gastar com pessoal.

— Isso é justo? O governo não investe na infraestrutura, mas aumenta o número de car-

gos comissionados — criticou.

O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), afirmou que o Brasil de hoje é diferente.

— Adotar a DRU é consagrar a incompetência administrativa. [A crise] não pode ser justificativa para adotar a tese de que o orçamento é ficção — postulou.

Também criticaram a DRU Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), José Agripino (DEM-RN), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Aloysio Nunes (PSDB-SP) e Cristovam Buarque (PDT-DF).

Dornelles elogia normas para empresa individual



Francisco Dornelles (PP-RJ) comemorou a publicação, pelo Ministério do Desenvolvimento, de orientações sobre a empresa individual de responsabilidade limitada, que passa a valer em janeiro de 2012.

— As instruções vão permitir que empreendedores possam se organizar e usufruir das vantagens — afirmou.

Para Dornelles, esse tipo de empresa contribuirá para o crescimento e a geração de renda no país.

Indicação de ministra do STF vai a voto terça

O presidente do Senado, José Sarney, informou ontem que a indicação de Rosa Weber para o cargo de ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) entrará na pauta do Plenário na próxima terça-feira.

Ele respondeu a uma pergunta de Pedro Simon (PMDB-RS), que tem manifestado preocupação de que a votação se dê antes do dia 15 deste mês, para permitir que o tribunal tenha tempo de retomar o julgamento da constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa.

Mozarildo homenageia Judiciário de Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) homenageou ontem o Judiciário de Roraima por ocasião do Dia da Justiça, comemorado hoje. São 38 juízes e sete desembargadores para uma população de 500 mil habitantes. Mesmo assim, Roraima tem um bom desempenho no atendimento judicial, disse. Ele observou que a sensação da sociedade de que a Justiça é lenta e só existe para quem pode pagar advogado decorre do Poder Executivo, que não instituiu as defensorias públicas.

— Não é culpa do juiz se porventura alguém não tem uma defesa adequada — afirmou o senador.

Casildo Maldaner é eleito 1º suplente

Casildo Maldaner (PMDB-SC) foi eleito e empossado ontem no cargo de 1º suplente de secretário da Mesa, em substituição ao ex-senador Gilvam Borges. Ele recebeu 62 votos a favor e 1 contra, com 1 abstenção.

Vários senadores manifestaram apoio ao nome de Casildo e destacaram suas qualidades de político e de administrador adquiridas como senador e governador de Santa Catarina.



Luiz Alves/Senado Federal



Com o plenário da Comissão de Direitos Humanos lotado por grupos favoráveis e contrários ao projeto de criminalizar a homofobia, Marta Suplicy (2ª à dir.), relatora, busca um entendimento

Clima tenso não impede busca de acordo

Relatora do projeto que criminaliza a homofobia, Marta Suplicy pediu adiamento da votação para ajustar os termos da proposta com grupos religiosos e ativistas

ATIVISTAS DA CAUSA homossexual e grupos religiosos acompanharam com interesse e, em muitos momentos, com aplausos e vaias, debate realizado na Comissão de Direitos Humanos (CDH) sobre o projeto de lei da Câmara (PLC 122/06) que criminaliza a homofobia. A pedido da relatora, Marta Suplicy (PT-SP), a proposta foi retirada da pauta, na busca de entendimento

entre as correntes favoráveis e contrárias.

O clima tenso não inviabilizou conversa cordial entre Magno Malta (PR-ES), crítico do projeto, e o presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), Toni Reis.

De um lado, o parlamentar reiterava que a ninguém é dado o direito de ser intolerante contra quem quer que seja,

incluindo homossexuais e religiosos. Do outro, Toni Reis defendia texto de convergência, baseado no respeito, e não na agressividade.

Marta decidiu adiar a votação para não correr o risco de ver o projeto derrubado em caso de empate. Autora de substitutivo, ela se disse convencida de que é necessária lei específica para combater a homofobia e que seu texto deve coibir,

de forma clara, o preconceito de sexo, orientação sexual ou identidade de gênero.

Alguns pontos, segundo ela, já foram negociados com representantes evangélicos e católicos. Com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ela ajustou termos de um artigo (3º) para que não seja considerada crime “a manifestação pacífica de pensamento decorrente da fé e da

moral fundada na liberdade de consciência, crença e religião”. Já com Marcelo Crivella (PRB-RJ), ligado à Igreja Universal, reformulou artigo (7º) que criminaliza a “indução à violência”, ao retirar as palavras “praticar” e “incitar”. O artigo estabelece pena de reclusão, de um a três anos, para quem induzir alguém a agir com violência por motivação de cunho sexual.

Malta rejeita estigmatização

“Cada qual defende o que acredita, e nós precisamos respeitar isso.” Foi com essas palavras que Magno Malta abriu sua manifestação contrária ao projeto. Depois de afirmar que a Constituição já considera crime discriminar qualquer pessoa, ele protestou contra suposta tentativa de “requerer um direito, criminalizando quem não concorda com ele”.

— Não podemos ser estigmatizados como homofóbicos. Queremos encontrar uma lei que preserve o nosso direito de discordar — apelou em seguida Marcelo Crivella,

sustentando que, “apesar de considerarem o homossexualismo um pecado, os evangélicos sempre vão tratar as pessoas com essa orientação sexual com carinho, distinção e respeito em suas igrejas”.

Marinor Brito (PSOL-PA) disse acreditar que a maioria da população não é homofóbica, o que não significa que o Estado não precise proteger os homossexuais contra a discriminação e a violência. Para a senadora, “o Estado brasileiro não garante ao cidadão com orientação sexual diferente o direito de ser respeitado”.

Apelos a espírito de entendimento

Ao contrário de Magno Malta, que vê o homossexualismo como uma escolha, Lídice da Mata (PSB-BA) ponderou que algumas correntes científicas admitem a hipótese de as pessoas já nascerem com essa condição. Dessa forma, fez um apelo aos críticos do projeto para admitirem essa tese e, assim, concordarem em criminalizar a homofobia.

Cristovam Buarque (PDT-DF) assinalou ser preciso avançar no diálogo para “que a luta contra a intolerância não passe a ideia de que se está criando outra forma de intolerância”.

Sérgio Petecão (PSD-AC) pediu para não haver mais demora na votação e se insurgiu contra cartaz exibido por uma ativista com os dizeres “declare guerra a quem finge que te ama”.

— Nós não precisamos declarar guerra a ninguém. O nosso propósito aqui é combater a homofobia e temos que ter a responsabilidade de encontrar um meio-termo para resolver a questão — ponderou, enquanto Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que seja levada em conta observação da CNBB de que não haja desrespeito a qualquer ser humano no país.

Suplicy acredita em solução para impasse

Eduardo Suplicy (PT-SP) mostrou-se confiante de que o Senado chegará a solução sobre o projeto que inclui a homofobia entre os crimes resultantes de discriminação ou preconceito. O senador avalia que a necessidade de lei que proteja pessoas com opção sexual diferente da maioria está posta, devido às agressões e à discriminação que homossexuais sofrem em locais públicos e no trabalho.

Marta propõe lei específica para práticas homofóbicas

O texto que seria apresentado ontem por Marta Suplicy propõe que, em vez de reformar a legislação já existente sobre preconceito e discriminação, seja criada lei específica sobre as práticas consideradas

homofóbicas. Estabelece pena de reclusão, de um a três anos, para quem deixar de contratar ou nomear alguém ou dificultar sua contratação ou nomeação — quando atendidas as qualificações exigidas para o

posto de trabalho — motivado por preconceito de sexo, orientação sexual ou identidade de gênero.

Induzir alguém à prática de violência de qualquer natureza, motivado por preconceito

de sexo, orientação sexual ou identidade de gênero fica suscetível à pena de reclusão, de um a três anos. Também são criminalizadas a discriminação no mercado do consumo e na prestação do serviço público.



Suplicy justifica lei para pessoas com orientação sexual diferente

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • José Sarney • Casildo Maldaner • Lindbergh Farias • Inácio Arruda • Paulo Paim

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Sítio: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Sítio: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF

Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Seep



Projeto obriga oferta de 2% das vagas em estacionamentos privados

Aprovados benefícios a pessoas com deficiência

Vários projetos aprovados ontem pela Comissão de Direitos Humanos beneficiam as pessoas com deficiência. Essa parcela da população terá prioridade em estacionamentos privados, no trâmite de processos judiciais e administrativos, em programas habitacionais e na compra de ingresso para eventos culturais. As propostas foram aprovadas em decisão terminativa e seguem para exame dos deputados.

Projeto (PLS 114/11) apresentado por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) estabelece que os estacionamentos privados deverão reservar 2% das vagas a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A obrigatoriedade já é prevista para estacionamentos públicos, explicou o relator, Cyro Miranda (PSDB-GO).

Alvaro Dias (PSDB-PR), por sua vez, propôs (PLS 216/04) prioridade às causas judiciais e administrativas que tenham pessoas com deficiência como parte. O relator, Eduardo Amorim (PSC-SE), recomendou o texto aprovado pela Comissão de Constitui-

ção e Justiça (CCJ), condicionando o benefício às causas que tenham vinculação com a deficiência do interessado.

O passe livre em viagens interestaduais, já garantido à pessoa com deficiência, poderá ser estendido ao acompanhante, quando a presença de uma pessoa for necessária. É o que prevê projeto (PLS 27/10) do então senador Flávio Arns. Emenda do relator, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), assegura ressarcimento às empresas.

A CDH aprovou ainda projeto (PLS 142/10) da então senadora Marisa Serrano que inclui a habitação como direito básico da pessoa com deficiência e dá prioridade a esses cidadãos em programa habitacional público ou subsidiado com recurso público.

Já o PLC 33/09, do então deputado Luiz Bittencourt, garante atendimento preferencial na compra de ingressos e no acesso a eventos culturais, artísticos e desportivos a idosos, gestantes, mulheres que amamentam e pessoas com crianças de colo, além das pessoas com deficiência.

O que dizem os projetos

- ▶ **PLS 114/11**, do senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)
Determina que estacionamentos privados destinem 2% do total de vagas a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
- ▶ **PLS 216/04**, do senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
Prioridade em causas judiciais e administrativas, sob a condição de que essas causas estejam ligadas à deficiência da pessoa.
- ▶ **PLS 27/10**, do então senador Flávio Arns
Passe livre em viagens interestaduais para acompanhante de pessoa com deficiência. O acompanhamento deve ser necessário.
- ▶ **PLS 142/10**, da então senadora Marisa Serrano
Prioridade às pessoas com deficiência em programas públicos de habitação ou financiados com recursos públicos.
- ▶ **PLC 33/09**, do então deputado Luiz Bittencourt
Atendimento preferencial na compra de ingressos e no acesso a programas culturais e desportivos.

Ana Amélia: saúde pública não vai melhorar

Ana Amélia (PP-RS) lamentou o fato de o Senado ter aprovado a regulamentação da Emenda 29 sem vincular 10% das receitas da União à área da saúde. Dificilmente a saúde pública vai melhorar e evoluir nos próximos anos, acredita.

— Tampouco irá aliviar a situação financeira dos municípios, os primeiros pobres da Federação, que hoje



investem mais que os 15%, em uma média de 20% a 22%.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) divulgou que os recursos para a saúde aumentarão em cerca de R\$ 1,5 bilhão com o texto aprovado pelos senadores.

Assim, o orçamento da saúde para 2012, calculou Ana Amélia, ficará em R\$ 84,5 bilhões. Com a vinculação, o valor chegaria a R\$ 93,2 bilhões.

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos do Senado deve seguir para sanção presidencial e estabelece que o SUS realize cirurgia plástica reparadora em mulheres vítimas de violência

Mulher agredida poderá fazer plástica pelo SUS

OS SERVIÇOS DO Sistema Único de Saúde (SUS) — próprios, contratados ou conveniados — serão obrigados a realizar cirurgia plástica reparadora de sequelas de lesões causadas por atos de violência contra a mulher. Projeto de lei com esse objetivo, do deputado Neilton Mulim (PR-RJ), foi aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado, em caráter terminativo. Agora a proposta seguirá para sanção presidencial.

Segundo o projeto (PLC 112/09), ao receberem vítimas de violência, os hospitais e centros de saúde pública deverão informá-las sobre a possibilidade de acesso gratuito à cirurgia plástica para reparação de sequelas.

A vítima deverá se dirigir à unidade que realiza o procedimento portando o registro oficial da ocorrência. Quando necessário, deverão ser encaminhados a clínicas especializadas os casos indicados para complementação diagnóstica ou tratamento.

O responsável por hospital ou posto de saúde que não observar essa previsão, de



Lídice diz que maioria das mulheres com sequelas não tem como pagar cirurgia

acordo com emenda da relatora na CDH, Lídice da Mata (PSB-BA), poderá receber, cumulativamente, as seguintes punições: multa de dez vezes o valor da sua remuneração mensal, perda da função pública e proibição de contratar com o poder público e de receber incentivos fiscais por quatro anos.

O projeto prevê que os recursos das multas serão aplicados em campanhas educativas de combate à violência contra a mulher.

Violência familiar

Entre as 54 nações analisadas em 2005 pela Sociedade

Mundial de Vitimologia, o Brasil figura como país onde as mulheres estão mais sujeitas à violência no âmbito familiar. O estudo indica que cerca de 40% dos casos de violência doméstica redundam em lesões corporais graves, como deformidade permanente.

Pesquisas com mulheres violentadas apontam que as lesões acontecem principalmente na cabeça e pescoço, sobretudo no rosto. Também revelam que a maioria das mulheres com sequelas deformantes não tem como pagar por cirurgias nem consegue realizá-las nos serviços públicos de saúde.

Benefício a obeso mórbido no transporte público

Empresas operadoras das diversas modalidades de transporte público deverão reservar assentos, devidamente identificados, para pessoas com obesidade mórbida. É o que determina projeto de lei aprovado ontem pela CDH em decisão terminativa, que segue agora para a Câmara.

A proposta (PLS 578/09), da então senadora Serys Slhessarenko, altera a lei que dá prioridade de atendimento a deficientes, idosos, gestantes, lactantes e pessoas acompanhadas de criança de colo (Lei 10.048/00) para estender o

benefício aos obesos. A obesidade mórbida é a condição de sobrepeso configurada nos casos em que a divisão do peso pela altura, elevada ao quadrado, dá um resultado maior que 40, e quando a esse estado se associam distúrbios como a hipertensão, diabetes, doenças cardíacas, osteoartrites, câncer de seio e de intestino e síndrome da apneia do sono.

Em defesa do projeto, a relatora, Ana Rita (PT-ES), disse que desde a década de 1980 a obesidade tornou-se problema de saúde pública no Brasil, acarretando per-



Segundo a relatora, Ana Rita, há no Brasil 1,2 milhão de obesos mórbidos

das na qualidade de vida e na produtividade. No Brasil, existem cerca de 7,5 milhões de obesos e 1,2 milhão sofre de obesidade mórbida.

Humberto: SOS Emergências chega a Recife

Humberto Costa (PT-PE) ressaltou a implantação pelo ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e pelo governador de Pernambuco, Eduardo Campos, do sistema SOS Emergências nos hospitais da Restauração e Getúlio Vargas, ambos em Recife.

O SOS Emergências, lançado em novembro pela presidente Dilma Rousseff, reúne medidas para aprimorar o



atendimento de urgência e emergência nos hospitais. Por meio do SOS Emergências, explicou, o governo federal e os gestores locais promoverão ações para qualificar a gestão, ampliar o acesso aos serviços e garantir o atendimento ágil e humanizado. O senador destacou ainda a inauguração do Hospital Pelópidas Silveira, no Curado, também em Recife.

Com pequenas variações, representantes de movimentos sociais organizados que participaram de debate no Senado sobre a Rio+20 desqualificam soluções orientadas pelas relações de mercado

“Mercado não tem como lidar com o clima”

NA ÚLTIMA REUNIÃO deste ano da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, representantes de movimentos sociais fizeram duras críticas às soluções de mercado, que consideram esgotadas para o enfrentamento da crise ambiental, e lamentaram que a pauta da reunião de cúpula, marcada para 2012, dê pouca importância à “voz das ruas”.

Moema Miranda, diretora do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, ressaltou o entusiasmo do Ibase com a proposta da Rio+20, mas considerou sua agenda “rebaixada”, por colocar a arquitetura institucional em segundo plano, privilegiando a “economia verde”. Já existem alternativas à economia de mercado, disse ela, esperando que a Cúpula dos Povos, evento paralelo à Rio+20, abra espaço para a articulação da sociedade civil.

Nair Goulart, presidente-adjunta da Comissão Sindical Internacional, também apontou o esvaziamento da Rio+20 e, ao mesmo tempo, o papel determinante do Brasil



Luiz Zarref (E), Nair Goulart, Cristovam e Moema Miranda: contra falsas soluções

na questão ambiental. Ela deseja acordo vinculante de redução de emissão de carbono, além de forte controle sobre transferências de capital entre países e imposição de tributo transnacional sobre operações financeiras. A sindicalista elogiou as medidas antirrecessivas do presidente Lula a partir de 2008, às quais atribuiu o bom desempenho do Brasil frente à crise mundial.

Luiz Zarref, pela Via Campesina, criticou a absorção pelo capitalismo dos grandes acordos ambientais, dizendo temer que a Rio+20 legitime “falsas soluções” de um modelo falido. O ativista protestou contra a pouca atenção aos movimentos sociais em outros encontros de cúpula.

Como alternativa, defendeu a soberania alimentar com produção de alimentos saudáveis, a reforma agrária como forma de reengenharia demográfica e uma agroecologia verdadeira, pois, em sua opinião, a agricultura orgânica foi tomada pelo mercado.

O presidente da subcomissão, Cristovam Buarque (PDT-DF), concordou com a percepção geral de esgotamento da teoria econômica e da política tradicional no enfrentamento da questão ambiental. Ele defendeu a aplicação do imposto mundial sobre transações financeiras em programas de educação, mas alertou que os governos podem usar os recursos para outros fins.

Viana anuncia envio do projeto do Código Florestal à Câmara

Jorge Viana (PT-AC), um dos relatores do projeto do novo Código Florestal, aprovado pelo Senado, anunciou ontem o envio do texto à Câmara. Ele disse que a presidente Dilma cumprimentou o Senado pela forma como atuou na tramitação da matéria. Viana também citou editorial de *O Globo* sobre o esforço do Congresso para atingir um texto equilibrado.

O outro relator da matéria, senador Luiz Henrique

(PMDB-SC), manifestou orgulho de ter tido Jorge Viana como parceiro na relatoria.

— Em poucos momentos da história desta Casa ela foi tão sensata, tão equilibrada, tão serena, tão ponderada, tão proativa, tão criativa, tão capaz de conciliar e convergir como nesse projeto.

Anibal Diniz (PT-AC), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Ana Amélia (PP-RS), Waldemir Moka (PMDB-MS), Walter Pinheiro (PT-BA),



Viana destaca que Dilma elogiou o Senado pela tramitação do projeto

Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Lindbergh Farias (PT-RJ) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) elogiaram os relatores.

Casildo defende alterações no Sistema de Defesa Civil

Casildo Maldaner (PMDB-SC) convocou os senadores integrantes da Comissão Especial de Alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil a votar, na próxima quarta-feira, o relatório final sobre a reestruturação do setor.

— É importante aprovar o relatório ainda este ano para que as medidas tenham validade antes de chegarem as chuvas de verão — disse.

De acordo com ele, o relatório dará novo rumo para a Defesa Civil, com a definição clara de competências.

Jayme Campos quer jazida fora de reserva indígena

A exploração da jazida de calcário na reserva ecológica de Apiacás (MT) exige a revogação de portaria do Ministério da Justiça, de 2002, defendeu o senador Jayme Campos (DEM-MT). Pela portaria, a reserva indígena Kayabi, atualmente com 117 mil hectares, passará a ocupar 1,05 milhão de hectares, incorporando a jazida.

— A vigência dessa portaria vem engessando os produtores da região e todas as pesquisas minerais naquela localidade — afirmou.



Luiz Alves/Senado Federal

Aprovados mais 1.293 cargos para o Itamaraty

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem projeto encaminhado pelo Palácio do Planalto criando 400 novos cargos na carreira de diplomata e ampliando em 893 cargos o quadro de oficiais de chancelaria.

O texto (PLC 122/11) determina que o preenchimento dos cargos será gradual,

mediante autorização do Ministério do Planejamento e observada a disponibilidade orçamentária. Aprovado na Câmara, ainda vai ao exame da CCJ e depois ao Plenário.

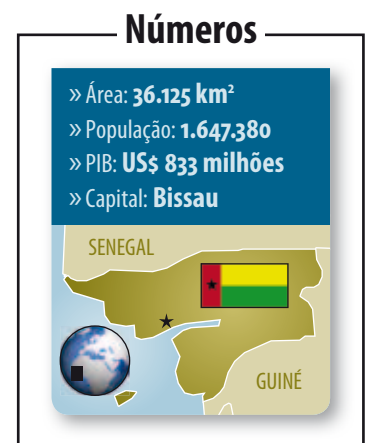
O governo alega que as transformações no mundo e a existência de 223 representações diplomáticas brasileiras justificam a criação dos cargos.

CRE referenda embaixador para Guiné-Bissau

A Comissão de Relações Exteriores do Senado aprovou ontem o nome de Fernando Apparicio da Silva para exercer o cargo de embaixador em Guiné-Bissau. A matéria vai ao Plenário.

Ao expor suas ideias, o diplomata observou que Guiné-Bissau é um dos países mais pobres no mundo e um dos que mais se beneficiam da cooperação técnica do Brasil. Seu propósito será trabalhar para que esses projetos não sejam interrompidos.

Apparicio disse ainda que a África é estratégica para o mundo hoje, em especial para



o Brasil. Ele lembrou que, ao contrário de outros países, o Brasil goza de enorme simpatia naquele continente.

Relator, Marcelo Crivella (PRB-RJ) observou que o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Guiné-Bissau, em 1974.



Fernando Apparicio da Silva (E) é sabatinado em reunião presidida por Collor

Concedida permissão de trabalho a família de diplomatas no Quênia

A Comissão de Relações Exteriores aprovou acordo com o Quênia sobre o exercício de atividade remunerada por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico, celebrado em 2010, em Nairóbi.

De acordo com o parecer de Gim Argello (PTB-DF), o ato permite o acesso ao trabalho a familiares de agentes diplomáticos e consulares, bem como de outros agentes públicos em missão oficial.

Plenário acolhe cinco acordos internacionais de cooperação

O Plenário aprovou cinco acordos: o de cooperação cultural com Dominica (PDS 194/11), o de regime especial de transporte em fronteira com a Guiana (PDS 236/11), o de cooperação educacional com a Guiné Equatorial (PDS 243/11), o de atuação profissional de dependentes da diplomacia com a Croácia (PDS 286/11), e o de formação e capacitação com a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, que reúne 14 países (PDS 287/11).

Solidariedade ao Estado palestino e congratulações à Venezuela

Apresentado pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF), foi aprovado ontem pela CRE requerimento de solidariedade ao estado palestino em seu pleito para ser admitido como membro da Organização das Nações Unidas (ONU).

Para Cristovam, o Senado deve apoiar os palestinos “tendo em vista a posição brasileira de

reconhecê-lo com as fronteiras fixadas em 4 de junho de 1967 e de aceitar sua representação diplomática em Brasília”.

A comissão também acolheu requerimento da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), congratulando a Venezuela pelos 200 anos de sua independência. Os dois textos vão agora ao exame do Plenário.